

A marcha do Mercosul e a marca da globalização*

Duílio de Avila Bêni**

*"Imagine there is no countries it is not hard to do
nothing to kill or die for imagine all the people
living life in peace (...)"*

John Lennon

Um fantasma assusta o mundo. É o fantasma do livre-comércio. Fornecedores de todos os países tremem ante a perspectiva da emergência do mercado mundial. É por isso que tentar imaginar todos os povos saudando a união planetária, volta e meia, ao longo dos últimos séculos da história humana, vem-se mostrando uma atividade às vezes atraente e tantas outras repelente. Esse exercício não é praticado pela totalidade, talvez sequer pela maioria, das pessoas. A era dos grandes descobrimentos chegou a ser vislumbrada como a possibilidade de permanente contato entre Leste e Oeste, o que ocorreu nem sempre em condições tão pacíficas como as desejadas pelo único Beatle morto.

Diversos estudiosos de Economia Regional, há muitos anos, deram-se conta de que se desenvolve no mundo um processo diverso das tendências de internacionalização previamente observadas, dadas suas profundas interconexões regionais.¹ Com efeito, globalização e regionalização, ainda que pareçam refletir movimentos opostos na organização produtiva das sociedades contemporâneas, trazem com mais nitidez o caráter de complementaridade. Tal caráter pode ser

* Partes deste artigo integraram documento apresentado pelo autor ao CNPq em fevereiro de 2001.

** Doutor em Economia pela Universidade de Oxford. Professor do Departamento de Economia da PUCRS e Pesquisador do CNPq.

¹ Exemplo dos mais dignificantes é o de Manuel Castels (1986), que vem, de longa data, se referindo a ela, mesmo sem lhe dar esse nome. Esse autor vai ainda mais longe em sua capacidade analítica, como o demonstra o anúncio, tampouco recebendo o atual nome, do fenômeno hoje conhecido como Nova Economia.

observado na assinatura dos mais diversos tratados comerciais internacionais. Desde o final da II Guerra Mundial (para não falar nas inúmeras iniciativas anteriores a ela, recuando, pelo menos, ao século XIX), diferentes países têm buscado parceiros comerciais privilegiados, sendo a mais exitosa de todas essas experiências a criação da hoje consagrada União Européia.

Sua concepção data do imediato pós-guerra, envolvendo acordos comerciais sobre setores específicos dos principais países que se envolveram na refrega. A busca da formação de um bloco de ajuda recíproca na implementação da política industrial teve claramente objetivos de superar obstáculos comerciais e, ao fazê-lo, de varrer de vez a perspectiva de nova guerra fratricida européia. Na verdade, as ameaças de nova guerra, com armas enormemente mais destrutivas, mudaram o caráter da territorialidade da Europa. Os oponentes mais diretos passaram a ser os Estados Unidos² e a “finada” União Soviética, consagrando o que veio a ser chamado de conflito Leste-Oeste.

Nos anos mais recentes, como resultado da resposta negativa à questão da convergência das rendas *per capita* internacionais, alguns autores, como Adrian Wood (1994), passaram a considerar que a dicotomia relevante não era a bélica demarcada pelo conflito Leste-Oeste. O corte relevante é ainda mais cruel, por se associar à violência da fome e da miséria que dividiu o planeta em Norte rico e Sul pobre. Não obstante, aquilo que iniciou como sendo a tentativa de formulação de acordos comerciais setoriais europeus rapidamente evoluiu no sentido de favorecer a criação de corporações que se mostrassem competitivas em nível global. Obviamente, as fronteiras dos estados nacionais constituem-se em potente empecilho ao alcance de tais objetivos.

É plausível supor que o Mercosul emergiu a partir do sucesso do experimento europeu. Previamente a ele, houve inúmeras tentativas de associações comerciais entre os diversos países latino-americanos,³ sua defesa mais famosa sendo associada ao nome do Economista, argentino, Raúl Prebisch. A argumentação que passou a ser esgrimida no início dos anos 50 deu lugar à criação

² Em boa medida, essa é a opinião de Servant-Schreiber (1968). Pode-se sustentar, em contraste, que os Estados Unidos são tradicionais aliados dos países da Europa Ocidental. Outra perspectiva, mais belicosa, diria que a OTAN consagra o domínio militar americano sobre os países aliados.

³ Um número expressivo de tentativas anteriores de cooperação entre os países latino-americanos, particularmente durante o século XIX, associou-se, fundamentalmente, a questões militares. A preocupação com a defesa de ataques de um inimigo comum, porém, não impediu diversas manifestações de guerra intestina entre diferentes grupos de países, sendo que a Guerra do Paraguai sequer pode ser considerada como a mais sangrenta delas.

da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALAC)⁴ em 1960. Particularmente, do período dos regimes populistas vigentes na Argentina e no Brasil até a ditadura militar que os sucedeu e a volta à democracia em ambos, o ano de 1986 marcou o encontro em Buenos Aires entre os Presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney, encontro este que se coloca na origem do Mercosul.

Essas questões delinearam os contornos gerais do presente trabalho, cujo objetivo é mais modesto do que discutir seja as motivações da União Européia, seja os fundamentos político-militares de atuação do Mercosul. Trata-se aqui de articular alguns fragmentos da literatura produzida nesses 10 anos de vigência do Mercosul, buscando dar ênfase à construção e à avaliação da **sombra dialética** enfeixada pelo vetor regionalização-globalização.

Para cumprir tais objetivos, o restante deste trabalho organiza-se do seguinte modo. A primeira seção aponta para a existência de alguns fatores macroeconômicos que levaram os países do Cone Sul a buscarem maior abertura comercial, sugerindo que não há limites à ânsia da conquista de mercados externos. A segunda seção revisa alguns conceitos de globalização, resgatando da literatura algumas passagens que enfatizam a importância do citado vetor. Na terceira seção, procede-se a uma espécie de balanço entre as forças propulsoras e as restritivas à implementação do Mercosul. De modo convencional, a última seção apresenta algumas conclusões.

1 - Alianças e desconfianças

O período que antecedeu a criação do Mercosul caracterizou-se por forte instabilidade nas economias argentina e brasileira, o que levou alguns autores a acusarem a falta de condições propícias à abertura comercial (Canuto, 1994, p.45). Na verdade, a ausência de sucesso nas diferentes formas de políticas de estabilização praticadas pelos governos dos dois países nada mais era do que a luta contra dificuldades nunca antes observadas na América Latina. Todavia o que foi considerado como um elemento restritivo à integração teve enorme compensação com outras peculiaridades. Três exemplos ilustram essa assertiva: a crise da dívida externa, a formação de outros blocos econômicos internacionais e a visão local de que a América Latina seria colocada em segundo plano enquanto receptora de investimentos internacionais. Tal deslocamento estaria res-

⁴ Esta foi extinta no início dos anos 80, mas deu origem à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (Soares, 1995).

pondendo à mudança de rumo dos capitais de risco a todo o Leste europeu, após a derrubada do socialismo. Essas forças geraram novo alento aos sonhos de integração latino-americana, dada, precisamente, a posição de fraqueza em que seus países se encontravam no início dos anos 90. A esse respeito, é interessante ressaltar a posição sustentada por Cintra (2000, p.131):

“(...) a política econômica dos diferentes países torna-se constantemente monitorada pelos mercados financeiros, e qualquer medida julgada como incorreta desencadeia sanções imediatas — fugas de capitais, ataques especulativos etc. —, reduzindo o raio de manobra das políticas nacionais”.

Este foi o contexto sob o qual, em 26.03.91, foi firmado o Tratado de Assunção entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Sua intenção declarada foi favorecer a inserção competitiva dessas quatro economias do chamado Cone Sul no mercado mundial, também constituído por diversos blocos de tratados comerciais⁵. Em junho desse mesmo ano, o chamado Acordo de Rosaleda expôs a ambição desses quatro países, que passaram a delegar ao Mercosul o poder de negociar conjuntamente com os Estados Unidos, razão pela qual foi chamado de Acordo Quatro mais Um.

O Tratado de Assunção, em seu art. 1º, definiu os objetivos do Mercosul (ver Prado, 1997, p.285) como voltados a favorecer

“A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, dentre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida equivalente; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros estados ou agrupamentos de estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os estados-partes — de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços alfandegários, de transportes e comunicações e outras que se acordem — a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os estados-partes; e o compromisso dos estados-partes de harmonizar suas

⁵ Um interessante balanço desses tratados, sob a perspectiva européia, encontra-se em Bulmer-Thomas (2000).

legislações nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração”.

A palavra-chave nesse contexto, pelo menos a que mais dificuldades tem criado à busca dos objetivos anunciados, é a **Tarifa Externa Comum**. A meta proposta consistiu em alcançar um valor de 20% no ano de 2002, com exceções para produtos selecionados, que poderiam alcançar uma tarifa de até 35%, desde que subsidiados pelo país de origem.

Por isso mesmo, o Mercosul incorporou um elemento comum a todos os tratados similares, nomeadamente, cláusulas que contemplam salvaguardas iniciais para os bens e serviços considerados vulneráveis pelos países signatários. A Argentina declarou, nesse caso, 394 mercadorias; o Brasil, 324; o Paraguai, 439; e o Uruguai declarou 960. Todavia tal situação foi considerada provisória pelo próprio Tratado, que propunha a redução de 20% dos produtos de cada país a cada ano. Dessa forma, em cinco anos, não haveria mais produtos gozando de salvaguardas (Brum, 1995, p.38).

Nesse contexto de forte cooperação entre os países integrantes do bloco e, assim, de relativa desvantagem para os países dele excluídos, não era de surpreender que os próprios Estados Unidos buscassem suas alianças estratégicas. Com efeito, em janeiro de 1989, começou a vigorar o Acordo de Livre-Comércio entre os Estados Unidos e o Canadá⁶. Este previa para 1999 a eliminação de todas as tarifas alfandegárias do comércio bilateral, a harmonização de normas técnicas, a eliminação parcial de subsídios à agricultura e o acompanhamento coordenado das políticas agrícolas, a harmonização da política energética comum, da política das compras realizadas pelo setor público dos dois países, a inclusão dos serviços, a regulamentação de novos investimentos, a proteção à propriedade intelectual, etc. Segue Macadar (c.1993) dizendo que essa iniciativa: “(...) associa a uma zona de livre-comércio a coordenação e a harmonização de certas políticas que irão garantir condições de acesso ao mercado do país sócio”.

Em 1991, esses dois países começaram a negociar com o México sua inserção no que viria a ser uma zona de livre-comércio de toda a América do Norte, culminando com a criação do North American Free Trade Agreement (NAFTA). Esse projeto não impediu que, em 27.06.90, o então Presidente americano George Bush apresentasse a proposta conhecida como “Iniciativa para as Américas” (Enterprise for the Americas), voltada à criação de um mercado

⁶ Ver Macadar (1992).

comum “do Alasca à Terra do Fogo”. A iniciativa envolveu 34 dos 35 países do continente, pois Cuba foi liminarmente excluída. Foram anunciados três benefícios a serem alcançados com a sagração da Associação de Livre-Comércio das Américas (ALCA): liberdade de comércio, eliminação de barreiras para investimentos internacionais e estudo da viabilidade da redução da dívida dos países latino-americanos para com os Estados Unidos.

Expandindo um tanto as considerações feitas na presente seção, pode-se dizer que a II Guerra Mundial, dividindo o século XX e marcando-o como o mais mortífero da história da humanidade, teve um número impressionante de desdobramentos. Em primeiro lugar, cabe referir as tentativas dos governos dos grandes países do ocidente europeu de expandirem seus laços econômicos, na expectativa da expansão da cooperação e dos laços políticos. Iniciando com preocupações relativas à criação de uma política setorial para o aço, chegou-se ao Tratado de Roma em 1957 e à consagração da União Européia em 1992. Em segundo lugar, os Estados Unidos emergiram da II Guerra Mundial como o país líder do bloco de maior poder econômico do planeta. Essa **honraria** custou-lhe o enfrentamento direto com a hoje extinta União Soviética e com a necessidade de oferecer a garantia final aos citados países da Europa Ocidental em termos de sufrenar a **expansão do comunismo**, criando, financiando e comandando a OTAN.

Em terceiro lugar, os Estados Unidos protagonizaram a expansão mundial de suas grandes corporações, fenômeno já identificado nos anos 50 e totalmente diagnosticado nos anos 60. Emergiu, assim, a empresa multinacional, num período em que o mundo começava a se dar conta de que havia algo de novo no reino da Ásia: a emergência do Japão e suas próprias empresas multinacionais. Ainda no que diz respeito aos Estados Unidos, o quarto desdobramento da guerra foi sua assunção ao papel de banqueiro mundial, apoiando decisivamente a criação do binômio Banco Mundial-FMI. O assim consagrado líder do capitalismo mundial, em sendo também o banqueiro, comprometeu-se com a sustentação do padrão-ouro, instrumento voltado a garantir tanto a estabilidade monetária local quanto a unidade de conta que viabilizaria a expansão do comércio mundial. Em seguida, cabe referir outro binômio: a desvalorização do dólar americano em 1971 e sua como que consequência em 1973: o cartel dos países exportadores de petróleo. Em seguida, ocorreram o endividamento e a crise dos países pobres, observadores atentos dos movimentos na Comunidade Européia, com nova tentativa de transplantar sua experiência ao Cone Sul da América Latina. Ainda que enfrentando dificuldades, em virtude tanto da coordenação das empresas multinacionais atuando nos países constituintes do Mercosul quanto da entrada maciça de capital de risco (com notável grau de incorporação de empresas nacionais privadas e estatais), a sonhada união alfandegária começou a delinear-se.

Por fim, observando a tendência mundial da construção de blocos econômicos, os Estados Unidos mantiveram-se no centro do *stage*, tomando as iniciativas de criação do NAFTA e da ALCA. Todos esses fatores contribuíram para que a integração regional aparecesse aos olhos dos analistas como nova manifestação do fenômeno da globalização.

2 - Globalização e integração regional

Como pode ser lido em Bêrni (2000, p.41), a globalização é constituída pela “(...) expansão do modo de produção capitalista tanto horizontalmente como verticalmente, em escala planetária”. Conforme sustenta Faria (1999), ela “(...) não ocorre como um processo abrupto, antes sofre a mediação de processos de interdependência e integração entre economias vizinhas no fenômeno da emergência dos blocos econômicos regionais”. Ora, examinando o artigo de Macadar (1992, p.39-40), vê-se que a **sombra dialética** mencionada na parte introdutória deste trabalho encontra-se registrada além da recém-referida observação de Faria. Diz a autora que

“A revolução tecnológica (...) implica também uma reestruturação da economia mundial a partir de duas tendências concomitantes: a globalização e a regionalização. A acirrada concorrência entre as empresas transnacionais em nível mundial tem produzido o fenômeno da globalização, isto é, a internacionalização dos sistemas produtivos, atendendo a necessidades de certas tecnologias que, para serem rentáveis, exigem uma dimensão de mercado cada vez maior e fontes de suprimentos diversificadas. Desse modo, consegue-se a amortização acelerada dos pesados investimentos em novos processos e produtos, ao mesmo tempo em que os avanços tecnológicos nos meios de comunicação possibilitam a prestação de serviços transfronteiras ‘em tempo real’, ou seja, de forma imediata, facilitando, assim, o gerenciamento das empresas em nível global”.

Prossigue a autora (Ibid., p.41), citando um trabalho de 1991 de Celso Luiz Nunes Amorim:

“Regionalização e globalização, na verdade, são fenômenos que se desenvolvem paralelamente e, embora assumam contornos contraditórios, têm uma raiz comum: o fato de que o Estado-Nação — base da evolução econômica e política dos últimos cinco séculos — já não constitui o espaço adequado para o desenvolvimento pleno das forças econômicas”,

ão que ela própria acrescenta que “Em função desses movimentos de globalização e regionalização, assiste-se à configuração e ao fortalecimento de grandes blocos regionais que consolidam, formal e informalmente, acordos preferenciais de comércio”. Parece, com efeito, que a criação de diversos blocos comerciais e uniões federais e suas sucessivas associações não de levar à extinção do Estado nacional. Causa preocupação aos autores citados e a este o destino de boa parte dos territórios e populações do planeta.

A força com a qual o sistema capitalista está a espalhar suas asas sobre todo o planeta sem dúvida tem caráter produtivo. Todavia o que vem sendo crescentemente chamado de “economia da dominação financeira” (Scherer, 2000) mostra seu poder através da iminente criação do dinheiro mundial, que bem pode iniciar através da fusão entre o dólar americano e a nova moeda comum européia, ou seja, o euro. Assim, a hegemonia financeira americana não apenas fez-se acompanhar da recuperação (se é que houve perda) da hegemonia produtiva, que hoje se observa com clareza, chegando mesmo a receber o nome de “Milagre Americano”. Com efeito, já não se conta mais em um par de dedos o número de países mundiais que optaram por atrelar/dolarizar suas economias.

Não pode deixar de passar sem ser retomado o trecho anteriormente referido sobre a relação entre as fontes do crescimento econômico associadas com a revolução tecnológica e a revolução no comércio mundial. Neste momento, a partir do que foi dito por Macadar e Amorim, deve-se incluir a dimensão financeira, tratada de modo competente por Arrighi (1996), e acrescentar-lhe o notável artigo de Clifton (1977). O primeiro enfatiza a relação produção-financeiras, ao passo que o segundo aponta como fundamental para o funcionamento do moderno capitalismo a dimensão financeira da empresa, sustentando que, antes de monopolístico, o capitalismo se tornou mais concorrencial. Sua justificativa reside na constatação de que cada empresa se transformou em um pequeno (quando não enorme) banco, perscrutando os mercados de diferentes setores e regiões em busca de oportunidades lucrativas.

Nesse contexto é que se pode afirmar que o modelo de Prebisch, que pugnou pela implantação da ALALC e seu protecionismo, foi sucedido por nova modelagem da integração em escala mundial: integração regional implica maior competitividade internacional e, assim, mais comércio mundial (Macadar, 1994, p.131). Mudou o mundo: cada vez mais se faz potente a ligação entre os blocos regionais e o mercado mundial, como aponta Brum (1995, p.9). A atual fase de integração mostra o incremento das relações intrablocos e a exclusão, via protecionismo, dos demais países e blocos, mas não é arrojado sugerir que dela resultarão novas federações de alianças e, por fim, o mercado mundial integrado, rompendo com as fronteiras e com a existência do próprio Estado nacional.

O que se está afirmando é que existe uma espécie de seqüência lógica de ações que culminarão na extinção do Estado nacional: um acordo comercial parcial entre dois países é seguido por um acordo (mais geral) de livre-comércio entre eles. A partir daí, iniciam-se as triangulações, passando, em seguida, aos acordos sub-regionais e subcontinentais. Por fim, o mundo já viu a proposição de acordos hemisféricos, como a ALCA e a Bacia do Pacífico, e ainda está para ser apresentada a primeira proposta de assinatura de um acordo mundial que levará ao fim do Estado-Nação. Insere-se nessa linha, ainda que um tanto mais cautelosa, a seguinte passagem de Cintra (2000):

“(...) a desregulamentação e a liberalização financeira promoveram a interligação dos diferentes mercados nacionais, conformando um grande mercado global, a institucionalização da poupança financeira, o processo de securitização das dívidas e a expansão dos derivativos financeiros. Em outras palavras, a liberalização monetária e financeira, seguida pela desregulamentação dos mercados financeiros nacionais, pelo processo de securitização e pelos instrumentos derivativos constituíram um espaço financeiro verdadeiramente global, hierarquizado a partir do sistema financeiro americano”.

Assim, pode-se definir, com Praxedes e Piletti (1997, p.45) e Pretti (1999, p.21), três tipos de arranjos, que representam, em boa medida, a expansão para todas as esferas da vida econômica da influência internacional sobre as economias nacionais: união aduaneira, a zona de livre-comércio e o mercado comum. A primeira caracteriza-se, essencialmente, pela adoção de uma tarifa externa comum entre os países signatários. A zona de livre comércio configura um espaço de livre circulação de mercadorias. Ela é mais avançada do que a união aduaneira, mas não chega a contemplar a movimentação de fatores e a harmonização das políticas macroeconômicas. O mercado comum abarca essas características, acrescentando-lhes, ainda, a movimentação de mercadorias, capital, trabalho, outros recursos produtivos e a coordenação das políticas macroeconômicas. Liberdade de ir e vir para os recursos materiais e para a mão-de-obra será o maior ingrediente para que a humanidade possa receber a dádiva do *living life in peace*.

3 - Da sobrevivência do Mercosul

Se, efetivamente, o fantasma do livre-comércio estivesse assustando a humanidade, seria o caso de exorcizar tal criatura e sua integração globalizada com o desenho de políticas voltadas à transição gradualista entre as economias locais, particularmente as que contam com estratégias de crescimento voltadas para dentro. Pela primeira vez na história da humanidade, a cidade abrigará a verdadeira civilização mundial: *urbi et orbi*. Ingressa, desse modo, no tema a importância de instâncias nunca antes vislumbradas como capazes de favorecer a integração municipal. As cidades — que fornecem o embrião da vida societária — têm desempenhado crescente papel na construção do mundo de paz. Tanto é assim que 40 delas integram hoje o coletivo chamado precisamente de Mercocidades. Sem dúvida, o que passa a entrar no exercício do planejamento são diferentes instâncias do setor governo. A esfera municipal é a mais sensível delas à condução da solução de problemas do cotidiano do cidadão. Com isso, outro tipo de agente ingressa na articulação dessa sociedade do futuro: as organizações não-governamentais.

Longo é o caminho a ser percorrido até se chegar a esse ponto. Os próximos passos exigem a consagração tanto do Mercosul quanto da ALCA. Se, entre o Tratado de Roma e o de Maastricht, transcorreram mais de 30 anos, não se pode esperar que, no Novo Mundo, exista uma *fast track*. E, por mais reticências que houver por parte do Brasil, a chegada do ano 2005 é inexorável, deixando a sensação de que os óbices que o País coloca à antecipação da vigência da ALCA podem representar apenas a atitude escapista de um governo pouco preocupado com a qualidade de seu legado.

Por mais problemáticas que sejam as negociações com os Estados Unidos, as locais não enfrentam entraves muito menores: fornecedores de todas as partes e nacionalidades têm medo de fantasmas. Atesta-o a quantidade acima referida de produtos declarados vulneráveis pelos signatários do Tratado de Assunção. Este, conforme sustenta Almeida (1994, p.21)⁷,

“(...) não estabelece como seu objetivo último um mero regime de preferências tarifárias, ao abrigo do contrato regido pelo GATT de 1947 ou da cláusula de habilitação de 1979, nem tampouco uma modesta

⁷ Teixeira (1991) apresenta a íntegra do Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercosul, ao passo que Soares (1995, p.33), no anexo do seu artigo, mostra um conjunto de perguntas e respostas esclarecendo a diferença entre a ALADI e o Mercosul.

união aduaneira (ou seja, uma simples zona de livre-comércio cercada por uma tarifa externa comum). Sua vocação final, a exemplo do Tratado de Roma de 1957, é bem mais ambiciosa, pretendendo realizar uma modalidade mais acabada de integração econômica (mercado comum com livre circulação de fatores produtivos, inclusive trabalhadores), ou mesmo, a longo prazo, uma união econômica ao estilo da Europa de Maastricht. Do ponto de vista metodológico, portanto, a diferença essencial em relação ao NAFTA é que essa perspectiva da intercomplementaridade recíproca das economias dos países-membros, sobretudo no que se refere à estrutura produtiva industrial, está caminhando progressivamente no sentido da construção de uma única entidade econômica. Em outros termos, mesmo que a construção do Mercosul, em sua fase quadrilateral, tenha se afastado parcialmente do projeto industrializante setorial que era sua característica básica na etapa bilateral, em favor de um processo que se poderia classificar de livre cambista, ele conserva uma lógica econômica que ultrapassa uma simples adaptação ao princípio das vantagens comparativas”.

Definitivamente, o caminho a ser percorrido é longo e bastante tortuoso. Ilustra-o a forma como Bekerman (Bekerman, Rofman, 1995, p.40-50) procede à avaliação das vantagens que o Mercosul trará ao Brasil: (a) possibilidade de expansão do mercado de produtos industrializados; (b) redução potencial dos custos com o consumo de energia; (c) possibilidade de redução das margens de lucros monopolísticos devidos à situação de proteção; (d) possibilidade de comprar na Argentina componentes e bens finais cuja oferta é inadequada no Brasil; (e) aumento da competitividade por levar adiante seu processo de abertura; (f) possibilidade de gerar mecanismos institucionais que tendam a assegurar certa coordenação ou disciplina nas respectivas políticas macroeconômicas; (g) impulsionar conjuntamente o desenvolvimento tecnológico nos setores de ponta; e (h) acelerar a definição de normas técnicas e de controle de qualidade.

Na verdade, pode-se argumentar que essas vantagens abrangem todos os quatro países, estando longe de constituir conquistas exclusivamente brasileiras. Com efeito, o estudo de Montoya (1998, p.56) — utilizando a metodologia do modelo de insumo-produto — criou índices de encadeamentos de Rassmussen-Hirshman para 1990 e concluiu que o Brasil tende a ser o país menos beneficiado com a expansão do mercado criado pelo Mercosul — deve-se salientar que “menos beneficiado” significa a existência de algum benefício. O fato de os demais países também serem beneficiados é a melhor garantia de que estes não abandonarão o projeto de integração.

Todavia nem tudo são vantagens, como aponta Brum (1995, p.51-52), ao salientar diversos entraves à integração “econômica, social, política, cultural”: (a) falta de estabilidade econômica e política, apesar da existência de vontade política; (b) estagnação das economias a serem integradas, pois os conflitos são mais facilmente acomodáveis em situações expansivas; (c) diversidade acentuada no tamanho das economias e dos mercados nacionais; (d) profunda crise econômica com mais de 10 anos de duração; (e) políticas econômicas antiinflacionárias que exigem pesados ajustes nos diversos setores de atividades; (f) instabilidade das políticas de estabilização; (g) elevada dívida externa; (h) finanças públicas em colapso; (i) falta de investimentos públicos ou privados em infra-estrutura e nos setores produtivos; (j) estrutura industrial e projetos orientados pela demanda e prioridades dos países capitalistas avançados; (l) dificuldade de encontrar fontes de financiamento para novos projetos; (m) diferenças acentuadas no nível das taxas alfandegárias; (n) tarifas alfandegárias elevadas, destinadas à proteção da indústria brasileira, contrastando com as reduzidas tarifas dos demais integrantes do bloco, destinadas a favorecer as importações e atrair investimentos estrangeiros; (o) precariedade dos serviços de comunicação e transportes; (p) falta de conhecimento recíproco das realidades e potencialidades de cada país; e (q) interesses dos agentes econômicos diretamente afetados pela concorrência por parte das empresas dos demais países.

Contudo a simpatia de Brum (p.52) pelo projeto é inequívoca:

“A superação dessas dificuldades requer administração competente do processo de integração, com base em amplas negociações, buscando compatibilizar os objetivos e as ações, de modo a reduzir os possíveis efeitos negativos e a aumentar os resultados favoráveis entre os países parceiros e as respectivas populações, bem como entre os setores produtivos e seus agentes econômicos”.

Conclusão

O Mercosul passou a ser a iniciativa latino-americana na área da integração regional que apresenta maiores possibilidades de seus integrantes cobrirem o hiato entre a economia local e a economia internacional; em outras palavras, de fazerem a transição entre a regionalização e a globalização. Globalização é a palavra demarcatória do início do século XXI. Herdada que foi do último quarto do século ora findo, ela tem atingido todos os cantos da vida planetária. De modo positivo, entre os envolvidos há os inequivocamente beneficiados, fenômeno fa-

cilmente aquilatável pela inefável mensuração de seu grau de crescimento econômico. Se lado negativo há, este pode ser epitomado pelo que está ocorrendo e virá a ocorrer em países como a Eritreia: haverá *catch up* ou a exclusão é permanente?

Uma forma interessante de dar continuidade ao trabalho da linha de pesquisa sobre a integração de diferentes países no Mercosul e na ALCA consiste em investigar questões concretas, como, por exemplo, as consequências da regressividade do gasto público e da progressividade da política tributária, particularmente do Imposto de Renda. Talvez até questões teoricamente complicadas e empiricamente controversas, como a formação da taxa de câmbio e suas oscilações a longo prazo, possam ser estudadas. Essa linha de pesquisa pode gerar resultados tanto para a construção da política macroeconômica concertada entre os integrantes do Mercosul como para o mergulho na realidade empresarial. Favorecer a inserção competitiva da empresa local no cenário globalizado permite o cultivo das vantagens inerentes a uma economia aberta, contornando o enorme rol de desvantagens, que toma a forma de fantasma, assombrando suseranos e vassalos.

Esse contexto leva a que se possa questionar o tipo de perspectivas que se abre ao Mercosul, em face das ameaças internas a sua própria desintegração e, por outro lado, da ameaça externa de essa associação ser absorvida por outra de maior espaço, integrada pelo gigante econômico do planeta. O sucesso da ALCA constituirá a maior prova da importância da Comissão Trilateral (conhecida como a Tríade), ou seja, o conjunto constituído pelo Japão, pelos Estados Unidos e pela Europa Ocidental e sua organização dos grandes blocos comerciais. Naturalmente, há espaço para que — como consequência do processo de criação de múltiplas instâncias de união alfandegária — a Tríade decida proceder à união de suas próprias alfândegas. Não é difícil de imaginar que, nesse momento, terá desaparecido o Estado nacional (*it is not so very much hard to imagine that*), com toda a população planetária dando vivas ao Novo Mundo. Mais difícil, talvez, seja imaginar todas as etapas a serem percorridas pelos blocos para chegarem a esse ponto. A criação de uma federação de uniões nacionais implica a superação de uma série notável de obstáculos, de sorte a proteger o pequeno, incentivá-lo a crescer, respeitar as culturas não desejosas de fazê-lo e, em forte medida, crescer protegendo o meio ambiente, cultuando o conceito de desenvolvimento sustentado.

Bibliografia

- ALMEIDA, Paulo Roberto de (1994). O Brasil e o MERCOSUL em face do NAFTA. **Boletim Integração Latino-Americana** n.13, p.15-23.
- ARRIGHI, Giovanni (1996). **O longo século XX**. São Paulo : Contraponto, UNESP.
- BEKERMAN, Marta & ROFMAN, Alejandro comps. (1995). **Integración y sociedad en el cono sur** : las relaciones con el Mercosur y Chile. Buenos Aires : Espacio.
- BÊRNI, Duilio de Avila (2000). Introdução. In: BÊRNI, Duilio de Avila org. **Reflexos da reestruturação produtiva mundial sobre a economia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre : EDIPUCRS. p.39-48.
- BRUM, Argemiro J. (1995). **Integração do Cone Sul: MERCOSUL**. 2.ed.rev.ampl. Ijuí : UNIJUÍ.
- BULMER-THOMAS, Victor (2000). The European Union and Mercosur: perspectives for a free trade treatise and its implications for the USA. **Journal of Inter-American Studies and World Affairs**, v.42, n.1, Spring.
- CANUTO, O. (1994). Abertura comercial, estrutura produtiva e crescimento econômica na América Latina. **Economia e Sociedade**, n.3, p.43-63.
- CASTELS, Manuel (1986). Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. **Espaço & Debates**, n.17, p.5-23.
- CINTRA, Marco Antonio Macedo (2000). A dinâmica financeira internacional e a tendência à dolarização das economias latino-americanas. **Análise Econômica**, v.18, n.34, p.127-152.
- CLIFTON, James A. (1977). Competition and the evolution of the capitalist mode of production. **Cambridge Journal of Economics**, v.1, n.2, p.137-151, jun.
- FARIA, Luiz Augusto Estrella (1999). Integração regional e desenvolvimento no Cone Sul. **Ensaio FEE**, v.20, n.2, p.129-158.
- MACADAR, Beky Moron de (1992). O contexto internacional e a integração latino-americana. **Análise**, v.4, n.1, p.37-48.
- MACADAR, Beky Moron de (1994). A proposta neoconservadora do Mercosul: avaliação e perspectivas. **Indicadores Econômicos FEE**, v.22, n.3, p.130-150.

- MONTOYA, Marco Antonio (1998). Dimensão econômica, setores-chave e o comércio inter-regional induzido pela demanda final no Mercosul. In: MONTOYA, Marco Antonio org. **Relações intersetoriais do Mercosul e da economia brasileira**; uma abordagem de equilíbrio geral do tipo insumo-produto. Passo Fundo : EDIUPF. p.19-59.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme (1997). Mercosul como opção estratégica de integração: notas sobre a teoria da integração e estratégias de desenvolvimento. **Ensaio FEE**, v.18, n.1, p.276-299.
- PRAXEDES, Valter, PILETTI, Nelson (1997). **O Mercosul e a sociedade global**. 9.ed. São Paulo : Ática. (História em Movimento).
- PRETTI, Fúlvio (1999). **Mercosul**: a instituição e o sistema de solução de controvérsias. Blumenau : FURB.
- SCHERER, André Forti (2000). A economia sob dominância financeira: gênese e conseqüências. In: BÊRNI, Duílio de Avila org. **Reflexos da reestruturação produtiva mundial sobre a economia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre : EDIPUCRS. p.71-95.
- SERVANT-SCHREIBER, Jacques (1968). **The American challenge**. New York : Atheneum.
- SOARES, Guido F. S. (1995). A compatibilização da ALADI e do MERCOSUL com o GATT. **Boletim Integração Latino-Americana**, n.16, p.18-39, jan.
- TEIXEIRA, Ib (1991). A busca de um mercado (Tratado de Assunção). **Conjuntura Econômica**, v.45, n.4, p.78-82, abr.
- WOOD, Adrian (1994). **North-South trade, employment and inequality**; changing fortunes in a skill driven world. Oxford : Clarendon.